



DO CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAGUATINS/TOCANTINS À QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Eneila de Cássia Maia Ferreira (Mestranda UFNT/UFT)
João de Deus Leite (Prof. Dr. UFNT/UFT)

Resumo: Neste artigo, tematizamos a perspectiva de que o desenvolvimento regional e sua promoção, em suas variadas escalas, exige-se uma abordagem do espaço como construção. Inscritos, nessa perspectiva, enfocamos as especificidades da formação do espaço em Araguatins/Tocantins, um dos municípios que integra a região denominada de Bico do Papagaio, tendo como chave de leitura que o contexto sócio-espacial das escolas públicas de Araguatins deixa entrever a relação material e imaterial, sempre contraditória, entre ruralidades e urbanidades nesse município. Na esteira das teorizações de Lefèbvre (2019), em articulação com outros teóricos, estamos interessados no modo como diferentes atores sociais integram a produção desse espaço a partir de nuances específicas e dependentes: espaço concebido, percebido e vivido. Nesse caso, não perdemos de vista o lugar que a escola assume aí na condição de equipamento urbano-rural, acentuando, por exemplo, as potencialidades e os desafios para o desenvolvimento regional. Para levarmos a bom termo o propósito deste artigo, produzimos mapas temáticos sobre a localização das escolas públicas de Araguatins, subdividindo-as em: zona rural e zona urbana. No jogo entre as categorias de espaço lefebvriana, as análises foram produzidas abordando as contradições aí passíveis de serem materializadas, tendo como ponto de aplicação o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), notadamente a dimensão “educação”. O método histórico possibilitou-nos mobilizar dados oficiais, de modo problematizar o lugar da escola como equipamento urbano-rural. As análises mostram que esse equipamento faz trabalhar sistemas produtivos para o desenvolvimento regional de Araguatins/TO, produzindo outras ruralidades e outras urbanidades em torno das escolas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Território. Indicadores. Educação.

1 Introdução

Neste artigo, objetivamos analisar o desenvolvimento regional no município de Araguatins-TO a partir do IDHM Educação, vinculando-os às representações do espaço percebido, concebido e vivido, na esteira lefebvriana, correlacionando-os com as dimensões do espaço. Discutiremos, ainda, sobre a importância da cidade e de seu desenvolvimento, além de tratar sobre as formas de atuação do espaço urbano e espaço rural perante a reorganização do espaço escolar, buscando compreender o modo como se constituem as



implicações sócio-espaciais para as oportunidades educacionais em Araguatins-TO.

O espaço geográfico pode ser entendido como uma dimensão geradora do indivíduo no mundo (mundo material ou imaterial). “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1999, p.12). Nesse sentido, o autor ressalta que os “objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados” (SANTOS, 1999, p. 226).

Durante décadas a cidade e o campo, foram compreendidos de forma dicotômica. De acordo com Andrade e Alves (2014, p.2), “o espaço rural era responsável pelas atividades agropecuárias, com a função de abastecer as cidades, enquanto isso, o espaço urbano era palco da produção industrial, do comércio e serviços”. Sendo assim, os autores ressaltam que esta diferenciação entre o rural e o urbano está cada vez mais ultrapassada. Ainda com base nos autores, esta diferenciação vem desaparecendo, tendo em vista que, de um lado, pessoas com renda alta estão se deslocando cada vez mais para o espaço rural, buscando segurança e qualidade de vida. De outro lado, o rural tem alcançado as periferias da cidade, nas quais abrigam populações de baixa renda, que, por muitas vezes, vivem de atividades agrícolas.

Para Souza (2018), o conceito de “espaço social” está diretamente relacionado ao espaço produzido pela sociedade e que este não pode ser reduzido simplesmente à materialidade. Esse autor expõe, ainda, que, para compreendermos o espaço, é necessário que tenhamos interesse, também, pelas relações sociais; ele enfatiza, ainda, que essas relações são inseparáveis.

Para Cavalcanti (2012), o espaço urbano está diretamente relacionado ao modo de vida. Na concepção da autora, o espaço urbano é produzido para os habitantes de diferentes grupos, culturas e condições sociais, a partir do qual possam compartilhar a vida em comum, as necessidades e os problemas cotidianos. A autora ressalta que o lugar do indivíduo como dimensão espacial é importante, pois o lugar representa o modo de vida, de desejos, de sentidos que se contrapõe com suas necessidades.

Ainda de acordo com a autora, são “importantes categorias de análise: natureza, lugar, paisagem, região, território, ambiente” (CAVALCANTI, 2012, p. 49) que compõe um modo espacial de pensar e de analisar espaços específicos, entre eles estão: cidade, campo, identidade cultural, segregação espacial. Essa autora salienta que podemos, também, relacionar o conceito de cidade [...] “com elementos do lugar: a familiaridade, a afetividade, a



identidade e a construção da diferença, da diversidade, da desigualdade” (CAVALCANTI, 2012, p.49). Para ela, a cidade é motivo de preocupação na área da educação escolar. Essa preocupação está relacionada à formação da cidadania e vincula-se à orientação sobre “[...] o desenvolvimento e a consolidação de concepções e práticas da cidade como ambiente da vida coletiva” (CAVALCANTI, 2012, p.56). No que concerne ao espaço vivido pelos alunos, a autora ressalta que alguns conceitos são estruturadores do espaço geográfico.

Os aspectos históricos, sociais, culturais e políticos tornam evidente a ausência de políticas públicas para região norte do Brasil, especificamente para a microrregião do Bico do Papagaio, região imediata de Araguatins-TO, levando-se em consideração variáveis como trabalho, rendimento, saúde, educação, vulnerabilidade social, habitação e infraestrutura urbana.

A região pertencia ao estado de Goiás até a emancipação política do estado do Tocantins em 1988, o que deu fim a um longo período de isolamento e de abandono regional. Durante muitos anos, a região foi totalmente esquecida. Nos anos 70 e 80, a microrregião do Bico do Papagaio ficou nacionalmente conhecida pelos intensos conflitos agrários. No mesmo período, a região foi marcada pela abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230), que tinha como objetivo oportunizar a integração territorial da região Norte com o restante do país e garantir o desenvolvimento econômico e espacial, com o intuito de desenvolver¹ a região Amazônica.

A abertura da rodovia Transamazônica facilitou o acesso da população rural daquela região, possibilitando o deslocamento para os centros urbanos que ofertavam bens e serviços, que até o momento eram inviáveis para a população residente na região. No entanto, a obra dessa rodovia durante muitos anos permaneceu inacabada, o que tornava o tráfego difícil no período de chuvas. A obra só foi concluída, em 2005, quando a BR-230 foi totalmente pavimentada. Dados do IBGE apontam que houve um crescimento bastante significativo do Produto Interno Bruto (PIB) na microrregião do Bico do Papagaio no período de 2009 a 2012. O município de Araguatins-TO se destaca nesse período pela criação de gado em pé e produção de mandioca.

A população que, até então, residia na zona rural, em assentamentos, migra para a cidade em busca de melhores condições de infraestrutura, de saúde, de oportunidades educacionais. Dada a nossa experiência empírica, podemos destacar que essas famílias ocupam espaços inadequados de moradia.

De acordo com dados do IBGE, nos últimos dez anos, o número de empresas e de



outras organizações atuantes no município de Araguatins-TO varia consideravelmente; em 2008, eram 383 empresas e outras organizações e, em 2018, 257 em funcionamento. Essas empresas mantinham 2.190 e 2.099 pessoas ocupadas, nos referidos anos respectivamente. A categoria “pessoal ocupado assalariado” correspondia, nos anos em questão, respectivamente, a 1.039 e 1.904 pessoas. A média salarial, em 2008, era de 2,3, enquanto, em 2018, a média salarial era de 2 salários mínimos.

Nas abordagens em relação às ações e ao planejamento das políticas públicas, podemos destacar a educação como um condicionante para refletirmos a respeito da espacialidade e do desenvolvimento regional de Araguatins/TO.

O acesso e a permanência às instituições de ensino e a qualidade do serviço na educação básica, referente à população da zona rural, e do ensino superior, no que diz respeito à população urbana, até a década de 90 no município de Araguatins, eram desiguais das demais regiões geográficas intermediárias. Mesmo com dados mais recentes do IBGE, é possível identificar a diferença dos indicadores do município de Araguatins-TO, em relação aos indicadores educacionais de outras regiões intermediárias e a diferença entre os indicadores educacionais da cidade e do meio rural.

O Atlas de Vulnerabilidade Social (AVS) é uma plataforma digital que permite o acesso aos indicadores que tematiza a vulnerabilidade e as exclusão sociais, a partir do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O AVS apresenta o relatório institucional da nova plataforma da vulnerabilidade social, lançado em 2017. Este relatório traz os dados referentes aos indicadores de 2000 e de 2010; ele apresenta os primeiros resultados do IVS para a série histórica da PNAD (2011-2015). Nesse AVS, expõem-se duas inovações: a primeira refere-se aos dados brutos produzidos pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2011 a 2015, e a segunda é a possibilidade de consultar os dados que foram desagregados por sexo, por cor e por situação de domicílio. Esse processo permite aos territórios analisarem os dados de acordo com as diferenças evidentes nas trajetórias de vida de mulheres, de homens, de negras/negros, de brancas/brancos, de residentes nas zonas urbana ou rural. O IVS possibilita aos poderes públicos uma análise aprofundada no enfrentamento e na superação das desigualdades sociais.

Neste artigo, levaremos em consideração o IVS dos anos de 2000 e 2010. De acordo com os dados da PNAD, em 2010, a redução dos índices indica redução da vulnerabilidade social. Neste contexto, observa-se que o território de Araguatins apresenta desdobramentos significativos e que ressignificam a qualidade de vida da população, conforme será



apresentado mais adiante neste artigo.

Não podemos relacionar essa pequena redução no IVS somente a fatores educacionais, porém, mesmo com alguns indicadores abaixo do ideal, observa-se que o número de ocupados formais e não formais com ensino fundamental, médio, técnico e superior aumentaram.

No município de Araguatins, há oferta de ensino em todas as modalidades educacionais. O Câmpus Araguatins do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), desde sua implantação, em 1988, oportunizou a muitos jovens e adolescentes o acesso e a permanência a cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), à educação básica, a cursos técnicos concomitantes e subsequentes presenciais, bem como a cursos na modalidade da Educação à Distância (EaD). Há, ainda, a possibilidade de acesso ao ensino superior por meio da educação pública.

Além do IFTO, no município Araguatins, existem mais duas instituições de ensino superior pública. A Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), oferece cursos de graduação e de pós-graduação, bem como cursos de extensão e de aperfeiçoamento, desde 2009. Em 2010, a Universidade do Tocantins (UNITINS) passou a ofertar cursos EAD. E, em 2014, foi instalado o câmpus de Araguatins com aulas presenciais. Em 2021, no município de Araguatins há 04 instituições de ensino superior privadas, 01 destas oferece o ensino na modalidade presencial e as demais na modalidade EaD.

Soares (2009, p. 33) expõe que oportunidades locais, ou seja, “a qualidade das escolas, os recursos disponíveis e a capacidade de gestão tanto interna quanto externa, numa relação entre instituições e a comunidade” são aspectos importantes na implantação de políticas públicas eficazes.

2 Do contexto sócio-espacial à questão do desenvolvimento regional: incursões teóricas

Levaremos em consideração, neste artigo, a teoria da produção de espaço de Lefèbvre (2019), no qual entendemos que o espaço está dividido em três dimensões: o espaço concebido (*conçu*), o espaço percebido (*perçu*), e o espaço vivido (*vécu*).

O espaço concebido representa as abstrações do espaço no que se refere às relações de produção, aos pensamentos hierarquizados e distantes do real. Para Lefèbvre (2019), o espaço percebido faz referência às representações mentais, que são materializadas a partir

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O

Desenvolvimento Regional em perspectiva

15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



das funcionalidades. As representações mentais correspondem à percepção da produção e da reprodução social. Neste contexto, o espaço percebido é entendido como as experiências cotidianas dos atores sociais.

O espaço vivido aborda o real e o abstrato. Para Lefèbvre (2019), o espaço vivido não pode ser percebido sem o espaço concebido. Para entendermos o espaço vivido, precisamos reconhecer que a realidade social é marcada por contradições e que as realidades podem ser entendidas por meio da compreensão das contradições do espaço vivido.

Lefèbvre (1991) distingue os conceitos de cidade e de urbano. Para o referido autor, cidade é a materialização das relações sociais, enquanto o espaço urbano é dinâmico e está diretamente ligado às próprias relações sociais. Em decorrência de transformações ocorridas, podemos salientar que o espaço urbano se torna dinâmico, na esteira de Lefèbvre (2019). Lefèbvre (1991) destaca que as relações urbanas se materializam a partir de atividades relacionadas ao lazer, à educação, ao trabalho, ao descanso, à circulação de pessoas e à moradia.

Lefèbvre (1991) pondera que a cidade se materializa nas relações sociais, e o espaço urbano são as próprias relações sociais. A produção do espaço se refere à vida cotidiana das pessoas que habitam e nela atuam, e, conseqüentemente, de suas atividades e do seu arranjo espacial. É importante analisarmos e problematizarmos o modo de vida das pessoas para compreendermos o funcionamento do espaço urbano e espaço rural. E, dessa forma, a proposição de políticas públicas se torna factível e oportuno.

Aos enfocarmos as relações entre espaço urbano e espaço rural, percebemos que elas se impenetram sem que percam as suas especificidades. Essas especificidades referem-se aos diferentes espaços vividos e por seus atores sociais, tendo em vista as singularidades das dinâmicas sócio-espaciais de cada espaço. A urbanidade se manifesta por meio de seus aspectos materiais, exemplo, infraestrutura, meios de comunicação, acesso à informação, turismo, entre outros fatores. A urbanidade do rural parte da ideia de que o urbano, em todas as suas manifestações materiais e imateriais, invade o rural e que este não deixa de existir. Lefèbvre (1991, p.159) afirma que o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma”, enquanto a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação, as instituições e a comunidade” (LEFÈBVRE, 1991, p.65).

O espaço urbano capitalista tem a lógica da aglomeração, porém, tem a necessidade de disfarçar as contradições sociais. Nesse sentido, a cidade cria um muro intangível dos diferentes espaços urbanos. O meio rural é afetado, cada vez mais, pelas cidades, os acessos



à infraestrutura e aos serviços básicos estão mais acessíveis. As condições de vida do meio rural tornam-se, cada vez mais, atrativas para a população urbana. O ar puro, a tranquilidade, a natureza e o acesso aos serviços que durante décadas eram inacessíveis à população rural, como, por exemplo, acesso a tecnologias, passaram a ser acessíveis.

Como mencionado anteriormente, a construção da BR-230 (Rodovia Transamazônica), no governo de Getúlio Vargas, foi importante fator para diminuição das desigualdades regionais. A construção da BR-230 oportunizou mais acesso da população aos diferentes municípios da região do Bico do Papagaio. Dada a nossa relação empírica com a região, são comuns, nos discursos familiares, as narrativas sobre a "qualidade de vida" antes e depois da construção da BR. Por exemplo, podemos citar que, antes, o deslocamento geográfico se dava por meio de animais usados para tal fim, levando uma quantidade de tempo maior. Com a BR, abrindo possibilidade para outros meios de transporte, o deslocamento passou a ser mais rápido.

A construção de um espaço social passa por constante transformação a partir das relações que se estabelecem entre os atores sociais nele e por ele. Consideremos, a seguir, mais uma citação de Lefèbvre (2001), a qual ancora as referidas ponderações:

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma valorização do uso. (LEFÈBVRE, 2001, p.8)

Ainda de acordo com o autor, o direito à cidade consiste em atender os atores sociais em todos os aspectos: mobilidade, saneamento, saúde, educação, habitação, modo de falar, modo de vestir, modo de comer, entre outros. Lefèbvre (2001) aponta que esses aspectos não são únicos e que a cidade em tempo algum deve ser institucionalizada.

Lefèbvre (2001, p.19) expõe ainda que:

[...] nas malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade "pura", torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses [...]. A relação "urbanidade-ruralidade", portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países industrializados. Interfere com outras representações e com outras relações reais: cidade e campo, natureza e felicidade etc.

Lefèbvre (2001) aponta que os problemas urbanos estão diretamente ligados à segregação das classes sociais, dos grupos étnicos, que, de acordo com o autor, é mais relevante do que as questões habitacionais.



O referido autor aponta que a separação entre a “cidade e o campo” surge, nas primeiras divisões de trabalho por sexo e por idade, e com a organização do trabalho, levando em consideração as habilidades individuais. Em relação ao campo, o autor ressalta que se trata das “imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações se alastrem de atividades reais”. (LEFÈBVRE, 2001, p.36).

De acordo com o IPEA (2014), o espaço rural também abrange áreas do perímetro urbano, estas áreas são classificadas como aglomerados rurais e constituem-se de “unidades domiciliares que conformam um conjunto de edificações adjacentes – com cinquenta metros ou menos de distância entre si – com características de permanência”, e podem ser: aglomerados rurais de extensão urbana – área de expansão de cidades ou vilas, tendo em geral a forma de loteamentos e conjuntos habitacionais; [...].

Nesse sentido, o poder público deve garantir aos atores sociais serviços de infraestrutura necessários, como forma de garantir a qualidade de vida para a população, constituídos pelos direitos básicos de acesso a serviços de educação e de saúde. Os aglomerados rurais e a zona rural correspondem à parte da população menos favorecida.

O processo de desenvolvimento socioeconômico desempenhado pelo espaço configura-o como agente ativo nos processos de transformações sociais. Lefèbvre (2019) ressalta que os grandes centros urbanos são importantes na concentração e centralização de capital.

Uma das pesquisas do IPEA (2014) aponta para o surgimento do rural contemporâneo ou do novo rural e que este processo seria natural e inevitável. Nesse contexto, a produção material e imaterial do campo se daria nos mesmos moldes da cidade. As atividades tidas como típicas do meio urbano, como, por exemplo, aquelas do setor de serviços agrícolas, ocupam, ao mesmo tempo, o meio rural.

A categorização de rural e de urbano são representações sociais. A desnaturalização dessa dualidade torna possível reconhecer que as experiências e as relações sociais construídas nos espaços vividos, também, manifestam-se em outros espaços. Um exemplo possível dessa construção são as manifestações e as relações do meio rural que se manifestam nos espaços urbanos.

A noção de território, onde atualmente se sustentam as atuais políticas de desenvolvimento, reforça a ideia de que o capital no campo vem acompanhado de mudanças nos espaços urbanos por meio de manifestações materiais e imateriais. Para tratarmos do



foco deste artigo, estamos interessados, mais de perto, no modo como o contexto sócio-espacial das escolas estaduais e escolas rurais de Araguatins/Tocantins faz trabalhar essa interpenetração entre ruralidades e urbanidades, não perdendo de vista aí a sua condição de contradição.

3 Análise dos dados

3.1 Indicadores demográficos no território de Araguatins-TO

Este artigo enfoca, como recorte espacial para estudo, o município de Araguatins/ TO. O município de Araguatins/TO (Mapa 1) está localizado no extremo Norte do Estado do Tocantins, região popularmente chamada de “Bico do Papagaio” e é composta por 25 municípios, e tem por característica ser um território fronteiriço com o sul dos estados do Pará e do Maranhão. O fato de o território ser fronteiriço com estes estados possibilita movimentos migratórios da população para cidades médias, como: Imperatriz/MA e Marabá/PA. Araguatins/TO está localizada às margens da BR – 253 (Rodovia Transamazônica) e às margens do rio Araguaia.

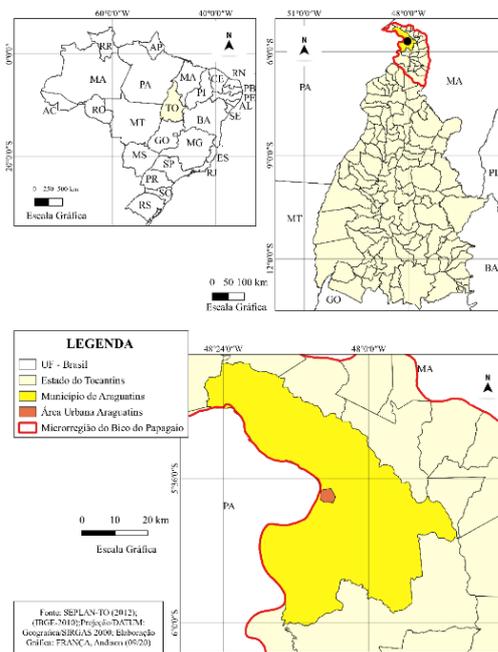
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área territorial do município de Araguatins é de 2.633,278 km² (2020); uma população estimada em 36.170 habitantes (2020), 01 comunidade de remanescentes quilombolas e 32 programas de assentamento rural, totalizando 1.921 famílias assentadas (BRASIL, 2019) e 02 comunidades camponesas. Esse município tem proporcionalmente o maior número de assentamentos da reforma agrária em um comparativo com os outros municípios do país. Tais fatores geraram demandas no atendimento à educação, impactando o território municipal e exigindo dos governantes o investimento nessas áreas. O Bioma do território de Araguatins é o Cerrado e a Floresta Amazônica.

De acordo com o IBGE (2020), Araguatins está localizada na Região Geográfica Intermediária, que está articulada à Região Imediata de Araguaína, pertence à Mesorregião Ocidental do Tocantins e Microrregião do Bico do Papagaio. Vejamos, a seguir, algumas informações mobilizadas do *site* do IBGE:

A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir

espaços regionais em escalas adequadas. (IBGE, 2017, p. 19)

Mapa 1 – Município de Araguatins-TO



A população do município de Araguatins cresceu significativamente no período entre 1991 a 2010, conforme dados consultados em *sites* oficiais. De acordo com Brasil (2010) e IPEA (2012), a população urbana, em 1991, era de 11.756 habitantes; em 2010, 20.135 habitantes, ocupando o 8º lugar em número populacional no estado. A população rural, em 1991, era de 10.709 habitantes; e, em 2010, Araguatins-TO ocupou o 1º lugar em número de maior população residente na zona rural, 11.194 habitantes; respectivamente, a proporção era de 64,27% e 35,73%. No mesmo período, a taxa de urbanização do município de Araguatins passou de 52,33% para 60,70%.

Com objetivo de aprofundar as análises dos indicadores sociais sobre as condições de vida da população de um território, o IBGE (2019, p.7) utilizou, como principal fonte de informação, a PNAD Contínua de 2012 a 2018. O documento levou em consideração um conjunto de indicadores sociais que foram sistematizados a partir dos critérios referentes: i) à estrutura econômica e mercado de trabalho; ii) ao padrão de vida e de distribuição de renda e iii) à educação. Além do PNAD Contínua, utilizou-se de informações do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) e do IBGE.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) foi implantada, em 1999, com objetivo de

produzir um quadro sintético que demonstrasse as condições de vida da população brasileira, subsidiando todas as esferas de governo na implementação de políticas públicas eficazes relacionadas às desigualdades sociais. Neste momento, o SIS passou a monitorar as políticas voltadas para a educação, para o trabalho, para a distribuição de renda e para a habitação. Da mesma forma, a SIS buscou acompanhar grupos sociais sujeitos à maior vulnerabilidade, como, por exemplo, pretos, pardos, mulheres, crianças, adolescentes e jovens.

De acordo com dados de Brasil (2012), o município de Araguatins, no que se refere aos aspectos econômicos, tem o setor de serviços como de maior destaque, tendo como ano de referência 2010. Esse setor corresponde a 67,7% tendo a administração pública, como principal fator. A indústria, com destaque para a construção civil, representa 17,7% e a agropecuária corresponde a 14,6%, com destaque para produção de mandioca, de milho, de arroz e de criação de bovinos.

O IVS tem como proposta possibilitar as gestões o delineamento de políticas públicas nos mais diversos níveis da administração. Em síntese, o IVS identifica as condições de vida em todas as estruturas sociais, principalmente, coloca em evidência aquelas que se encontram em maior estado de vulnerabilidade em todo território brasileiro. Os estudos realizados pelo IPEA (2010) determinam que o IVS é composto por uma seleção de 16 indicadores e subdivididos em 03 dimensões, quais sejam: i) infraestrutura urbana do território pesquisado, ii) capital humano dos domicílios e iii) renda, acesso ao trabalho e formas de inserção (formal ou não formal) dos residentes nos domicílios pesquisados. As variáveis que compõem essas dimensões são obtidas nas bases do IBGE.

O IVS utiliza como parâmetro uma escala que varia de 0 a 1. Cada indicador corresponde à situação sócio demográfico da população. Os indicadores variantes de 0 a 0,19 indicam que o estado de vulnerabilidade social é muito baixa; de 0,2 a 0,29, o estado de vulnerabilidade é baixo; de 0,3 a 0,39 é considerado médio; de 0,4 a 0,49 é considerado alto e de 0,5 a 1 o IVS é considerado muito alto. Vejamos, a seguir, a Tabela 1 com os dados comparativos sobre o IVS em escala estadual e escala local:

Tabela 1: Quadro comparativo IVS do território de Araguatins/TO

Ano	UF	Município	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
2000	TO		0,551	0,419	0,624	0,610
2010	TO		0,336	0,212	0,418	0,378
2011	TO		0,272	0,132	0,341	0,344
2012	TO		0,227	0,082	0,332	0,266
2013	TO		0,254	0,146	0,343	0,273
2014	TO		0,236	0,133	0,325	0,251
2015	TO		0,25	0,174	0,298	0,277



2016	TO		0,242	0,167	0,246	0,313
2017	TO		0,24	0,173	0,242	0,306
2000	TO	Araguatins	0,655	0,524	0,773	0,668
2010	TO	Araguatins	0,448	0,349	0,531	0,465

Fonte: IPEA, 2017

De acordo com IPEA (2011), o IVS do estado do Tocantins de 2011 a 2017 apresenta índice de 0,2 a 0,29, índice de vulnerabilidade considerado baixo. Há uma discrepância entre os indicadores do estado e do município. O IVS do município de Araguatins - TO, em 2000, era de 0,655, índice de vulnerabilidade considerado muito alto, e o IVS de 2010 era de 0,448, considerado alto.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) é calculado pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: longevidade, educação e renda. O IDHM do município de Araguatins é de 0,631, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). De acordo com os dados observados, a dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município neste ano (2010) foi a longevidade, com índice de 0,793, seguida de renda, com índice de 0,604, e de Educação, com índice de 0,525 (BRASIL, 2010; IPEA, 2012).

Araguatins apresenta o Índice de Gini¹ equivalente a 0,57%, tendo como referência o ano de 2010; 19,69% vivem em situação de extrema pobreza, 36,03% da população são pobres de acordo (BRASIL, 2010; IPEA, 2012). De acordo com dados censitários divulgados pelo IBGE, em 2012, 3.790 famílias eram beneficiadas com bolsa família. Em 2010, a população araguatinsense era de 31.329 habitantes.

De acordo com IBGE (2018), o IDH renda da população do município equivalia à média de 2 salários mínimos. Nesse sentido, 5,9% da população total do município eram ocupadas. Levando em consideração a população que possuía rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 46.1% da população de Araguatins/Tocantins se encontravam nessas condições, ocupando, desta forma, a 62ª posição de 139 municípios do estado do Tocantins.

Parte da população ribeirinha da comunidade remanescente de quilombo está localizada à margem direita do Rio Araguaia, a 10 km da cidade de Araguatins. A Ilha São Vicente tem sua área correspondente a 2,5 hectares e é ocupada por 50 famílias. A ocupação da ilha é datada de 1888, quando Vicente Bernardinho Gomes doou as terras para seus ex-

¹ Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.



escravos morarem. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu e declarou como terras remanescentes de quilombo a comunidade Ilha de São Vicente por meio da Portaria nº 1.080, no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2020 (INCRA, 2020).

A outra parte de remanescentes de quilombo reside na margem esquerda do rio Araguaia (estado do Pará), formando assim, a família Noronha. O lugar também ficou conhecido pelo mesmo nome.

3.2 Indicadores Educacionais do território de Araguatins – TO

A terceira dimensão pesquisada para o cálculo do IVS é a educação. De 2000 a 2010, o território de Araguatins diminuiu a taxa de vulnerabilidade social de 0,655 (muito alta), em 2000, para 0,448 (alta), em 2010. Podemos afirmar, diante dos dados apresentados pelo IPEA, que um dos fatores que permitiu que houvesse essa pequena mudança no contexto social da população foi a Educação. Pelos indicadores educacionais apresentados, os subíndices de escolaridade - IDHM Educação aumentou de 0,227, em 2000, para 0,409, em 2010.

Nesse mesmo período, os dados nos permitem inferir que houve um aumento bastante significativo no percentual de ocupados com o ensino fundamental completo; em 2000, esse percentual correspondia a 27,93% da população e, em 2010, correspondia a 49,30%. Os ocupados com ensino médio completo, em 2000, correspondiam a 17,03%; em 2010, correspondiam a 34,46%. Em relação aos ocupados do ensino superior, em 2000, eles correspondiam a 2,49%; em 2010, correspondiam a 10,01% da população.

Em relação ao IDHM Educação, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem (BRASIL, 2010; IPEA, 2012). Ainda de acordo com os dados disponíveis, o IDHM Educação do município nos mostra que a proporção de crianças de 11 a 13 anos que frequentam o ensino fundamental (anos finais) é de 87,51%; a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos que possuem o ensino fundamental completo é 53,83% e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio incompleto corresponde a 28,70%. Os dados nos mostram um aumento significativo entre os anos de 1991 a 2010, respectivamente, 51,74%; 70,05% e 26,59%.

Em relação ao ensino médio, o IDHM Educação (BRASIL, 2010; IPEA, 2012) aponta que 79,47% da população, com idade entre 6 a 17 anos, estavam cursando o ensino básico,



apresentando defasagem idade-série de até dois anos. Apenas 5,98% (cinco, noventa e oito por cento) da população de 18 a 24 anos estavam cursando o ensino superior.

O IDHM Educação também leva em consideração a escolaridade da população adulta, de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo. De acordo com dados do IPEA (2012), o município de Araguatins apresenta um alto índice de adultos analfabetos, ou com ensino fundamental incompleto, ou ensino fundamental completo devido a gerações mais antigas não terem tido a oportunidade de estudar. Os dados publicados por Brasil (2010) e por IPEA (2012) apontam que, levando-se em consideração a população do município com idade de 25 anos ou mais, 26,22%, eram analfabetos; 34,13% tinham o ensino fundamental completo, 23,88% possuíam o ensino médio completo e 7,29% possuíam o ensino superior completo.

As escolas do município de Araguatins tanto as da zona urbana como aquelas da zona rural e de projetos de assentamentos recebem alunos oriundos de diversos bairros distantes da escola, das fazendas, dos assentamentos e da Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente Ferrer. É importante enfatizar que o transporte escolar também é disponibilizado para transportar os alunos para o município de Augustinópolis/TO, que está localizado a 34 km de distância do município de Araguatins/TO. De acordo com o Departamento de Transportes Municipal, esse deslocamento é por causa da localização da escola militar do ensino fundamental, ela está localizada em Augustinópolis/TO. Ainda em consonância com dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Araguatins, em 2020, o município, por meio das ações do departamento de transportes, transportou 2.699 alunos; destes, 1.733 são alunos regularmente matriculados nas escolas da rede municipal de ensino e 966 alunos são regularmente matriculados na rede estadual de ensino.

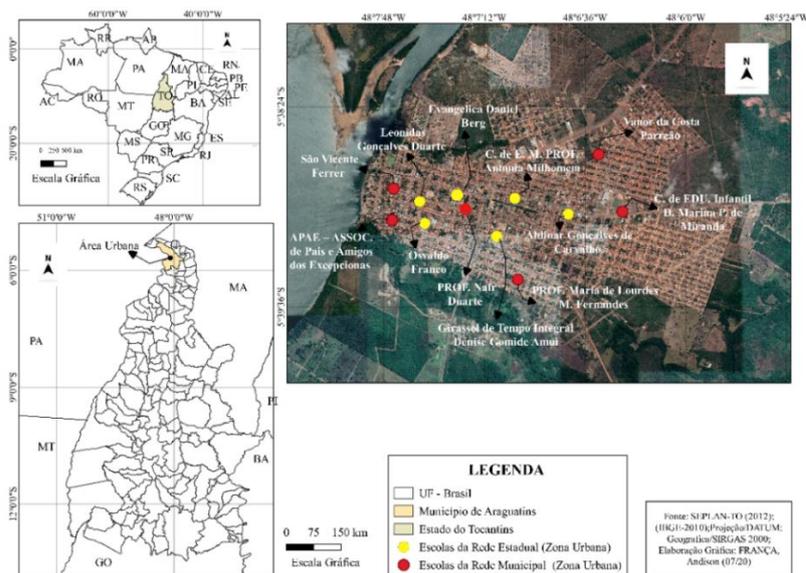
Segundo informações do Departamento de Transportes Municipal, alguns alunos não utilizam o transporte escolar. Estes se deslocam a pé ou por meio de bicicleta, mesmo a escola estando distante, em média, 2 km a 5 km da escola. Essa realidade está relacionada ao fato de o transporte passar muito cedo em certos locais do município, tendo em vista o itinerário a ser feito até chegar à escola. Além disso, há os casos de alunos que não são contemplados pelo transporte, dado o fato de os ônibus escolares não passarem próximo às residências dos alunos.

No que diz respeito às escolas localizadas na zona rural ou nos assentamentos, há o caso de alunos que moram distantes da escola, aproximadamente 40 km; trata-se dos casos de alunos residentes próximos à Fazenda Tabocão/TO e Transaraguaia/TO. Esses alunos estudam em Araguatins-TO, de acordo com dados do Departamento de Transportes da

Prefeitura Municipal de Araguatins. Nesse sentido, percebemos que o deslocamento do aluno até a escola onde estuda está diretamente ligado à segregação sócio-espacial, ou seja, o uso do transporte escolar controla a mobilidade dos alunos que utilizam o transporte.

O Mapa 2 apresenta a localização das escolas estaduais e municipais na zona urbana.

Mapa 2- Localização das escolas das redes estadual e municipal – zona urbana



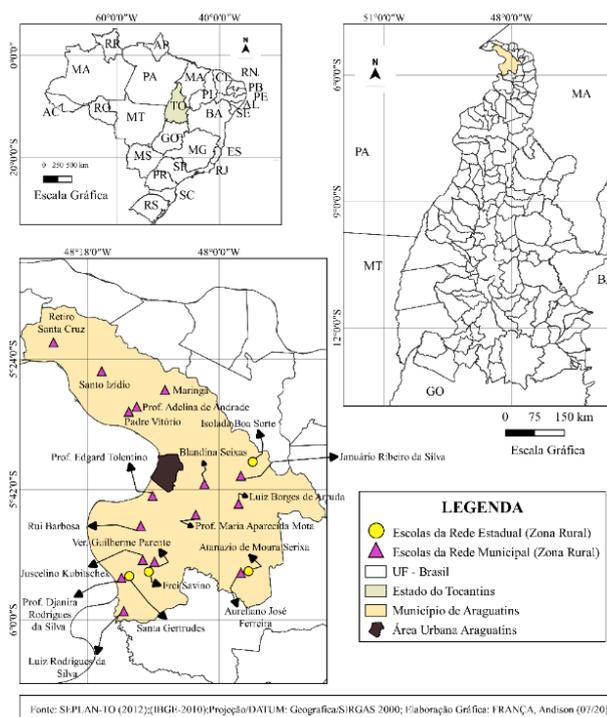
O município de Araguatins possui 10 escolas da rede estadual, destas, 06 estão localizadas na zona urbana e 04 na zona rural. A rede municipal possui 22 escolas, sendo que 06 destas escolas estão localizadas na zona urbana e 16 escolas na zona rural. Em algumas comunidades, os estudantes migram da zona rural, dos assentamentos, das populações ribeirinhas e da comunidade quilombola para estudarem na cidade, utilizando o transporte escolar ou lancha escolar.

É importante ressaltar que as populações ribeirinhas do Araguaia e da comunidade quilombola estudam em Araguatins/TO, zona urbana, ainda que os alunos residam no estado do Pará, no Noronha ou na ilha de São Vicente. Para terem acesso à escola, os ribeirinhos e quilombolas utilizam-se de uma lancha escolar, adquirida por meio do Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação (MEC). De acordo com dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a lancha custou R\$ 190.000,00, e tem capacidade para transportar até 20 alunos. A lancha atende alunos nos turnos diurnos e noturnos. No turno diurno, os alunos transportados são do ensino básico; no turno noturno, atende aos

estudantes da graduação, estudantes do IFTO. No período de seca, os alunos se deslocam de canoa (a remo) até onde a lancha está ancorada.

O Mapa 3 nos possibilita visualizar a localização das escolas públicas, do município de Araguatins das redes estadual e municipal da zona rural. É perceptível que algumas destas ficam extremamente longínqua do centro urbano da cidade.

Mapa 3 - Localização das escolas das redes estadual e municipal – zona rural

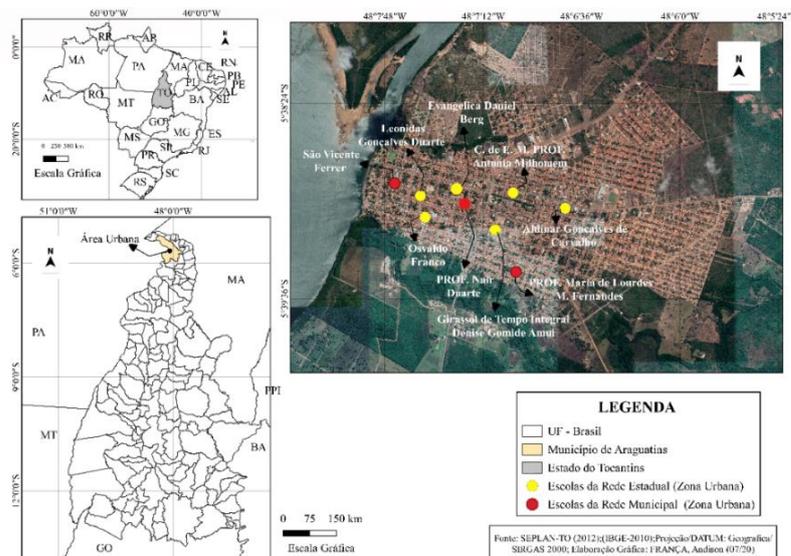


As escolas da zona urbana recebem alunos que residem em bairros mais afastados da região central da cidade, da zona rural, campestinos, ribeirinhos e quilombolas. Os alunos da zona rural utilizam o transporte escolar para acesso e permanência na escola, conforme já destacamos neste artigo. O departamento de transporte escolar informou que, em algumas localidades, o ônibus passa cedo, para que o tempo seja suficiente para poder cumprir todo o trajeto. Pelo fato de o trajeto do transporte escolar ser longo, algumas crianças saem de casa sem refeição. Outros alunos que residem no espaço urbano utilizam o transporte escolar, outros vão de bicicletas ou a pé, fato este relacionado à falta de políticas públicas que atendam às necessidades básicas da comunidade em estado de vulnerabilidade que residem em bairros distantes das escolas onde estudam. O transporte escolar não atende toda

comunidade desses bairros. Há alunos que caminham até 8 km, dentro da cidade, para terem acesso à escola. Um outro fator que deve ser levado em consideração é que uma parcela mínima dessa população é atendida ou deveriam ser atendidas de forma eficaz com transporte escolar.

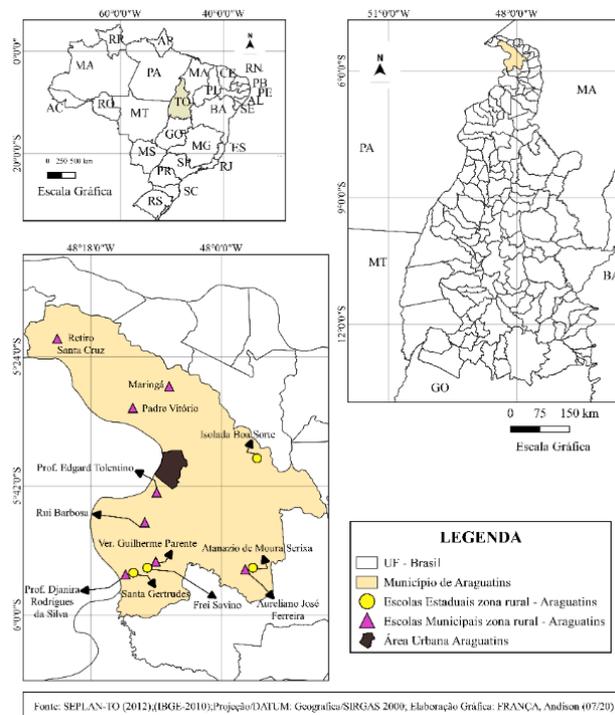
A seguir o Mapa 4 nos possibilita visualizar a localização das escolas da zona urbana que estão vinculadas ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Mapa 4 – Localização das escolas das redes estadual e municipal participantes do Ideb – Zona Urbana



Apresentamos, a seguir, o Mapa 5 que nos possibilita identificar as escolas vinculadas ao ideb que estão localizadas na zona rural.

Mapa 5 - Localização das escolas das redes estadual e municipal participantes do Ideb – Zona Rural



De acordo com os dados do IDEB 2019 nos anos iniciais (5^o ano), o IDEB no município de Araguatins/TO cresceu, no entanto as escolas estaduais e municipais não atingiram a meta projetada. Na dimensão aprendizagem, o índice foi de 5,79, o fluxo de 0,92 e o IDEB de 5,3. A projeção para o município era de 5,4. Apenas 16,7% dos alunos atingiram a meta; esses números fizeram com que o IDEB crescesse e fosse alcançado o IDEB 6,0. Dos avaliados, 50% dos alunos precisam melhorar; eles atingiram a meta. Cresceu o IDEB, porém, não alcançaram IDEB 6,0. 33% dos alunos estão em situação de alerta, atingiram apenas a meta. Em relação ao IDEB dos anos finais (9^o ano), o município está sem média no SAEB: o município não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

O IDEB 2019 nos anos iniciais (5^o ano) da rede estadual de ensino não atingiu a meta, teve queda e não alcançou o IDEB 6,0. Em relação ao aprendizado, a rede estadual atingiu o IDEB 5,95; o fluxo escolar foi de 0,89, e o IDEB, de 5,3. A projeção para a rede estadual era de IDEB 5,8. A rede estadual de ensino não atingiu nenhum dos índices, desta forma, 100% dos alunos estão em situação de alerta.

Já o IDEB 2019 nos anos finais (9^o ano) da rede estadual de ensino cresceu, mas não atingiu a meta e não alcançou o IDEB 6,0. O índice de aprendizado da rede foi de IDEB 5,22; o fluxo escolar, de 0,94, e IDEB, de 4,9; a projeção para a rede era de IDEB 5,2. Em relação



à situação da escola, 16,7% dos alunos precisam melhorar, 66,7% precisam de atenção e 16,7% estão em situação de alerta. O IDEB do Ensino Médio não foi divulgado.

Traçando um contra ponto entre duas escolas da rede estadual, 01 localizada na zona rural e outra localizada na zona urbana, observamos que ambas as escolas estão em situação de alerta, ou seja, nenhuma atingiu as metas projetadas. Cumpre ressaltar que os investimentos estaduais com a educação são maiores do que a rede municipal. A Escola Estadual Daniel Berg, localizada na região central da cidade, alcançou, nas séries iniciais, índice de aprendizagem de 5,95, fluxo escolar, de 0,91 e IDEB, de 5,4; a projeção da escola era 6,0. A situação da escola é de alerta. A escola Estadual Atanázio de Moura Seixas, localizada na zona rural, distante 42 km da cidade, obteve índice de aprendizagem de 4,31, fluxo de 0,83, IDEB de 3,6. A projeção da escola era de 4,7. A escola também se encontra em estado de alerta.

Os indicadores educacionais do IFTO anos finais (3ª série do Ensino Médio) não foram divulgados. De acordo com o INEP, a rede federal não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Considerações Finais

A cidade de Araguatins/TO apresenta um território heterogêneo de classes sociais. As análises realizadas revelam indícios que esta heterogeneidade acontece, em partes, devido as oportunidades educacionais. A desigualdade espacial está diretamente ligada à desigualdade social. A segregação espacial e as desigualdades de oportunidades educacionais são apresentadas em comunidades mais vulneráveis e reflete nos indicadores educacionais.

As análises realizadas nos mostram que os efeitos do território ou das vizinhanças sobre as oportunidades educacionais não se esgotam. Foi possível observar que, mesmo uma escola estando no centro da cidade e outra localizada na zona rural, estas estão com proficiência em estado de alerta. Os indicadores relacionados à proficiência escolar, porém, revelam que ainda é necessário avançar para promover e garantir a qualidade do ensino público.

Como demonstrado por meio do IVS, alguns índices sofreram alteração ao longo da última década. Observamos que, ainda, há desigualdades regionais e que estas não estão relacionadas somente à educação. Fica um questionamento a respeito das diferentes classes sociais. Será que as diferenças territoriais e sociais afetam diretamente os índices



educacionais? O espaço concebido, percebido e vivido se apresentam em evidentes continuidades e descontinuidades manifestadas nos processos de (re)produção do espaço.

Acreditamos que as diferenças que se estabelecem nas relações dos sujeitos de diferentes classes sociais são marcadas pela desigualdade, e que esta desigualdade é que irá definir o lugar e o território como modo de viver. Por fim, observamos que há diferentes movimentos na cidade de Araguatins em relação ao desenvolvimento. O deslocamento se dá num processo de reestruturação, guiados pelas possibilidades de uma infraestrutura mais adequada e de oportunidades educacionais.

Referências

ANDRADE, Artur Leonardo; Alves Flamarion Dutra. As representações socioespaciais da relação campo-cidade, rural-urbano na Geografia agrária brasileira: análise do período entre 1998 e 2012. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 166-193, abr., 2014

BRASIL. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015. 77 p: gráfs, mapas color.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Brasília: MEC.
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4186960>. Acesso em 22 set. 2020.

BRASIL. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a cidade: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FNDE. Programa Caminho da Escola.
<http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/contratos/contratos-2010/itemlist/category/54-lancha-escolar>. Acesso: 16 de fevereiro de 2021.

LEFÈBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2019.

_____. O direito à cidade. 1.ed. São Paulo: Centauro. 2001.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.